



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N° , DE 2015 (Da Srª Geovania de Sá)

Requer a realização de audiência pública externa, no município de Criciúma, para discutir a entrada de imigrantes caribenhos e africanos no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 194, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o Art. 32, inciso VXII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública externa, no município de Criciúma/SC, com o objetivo de discutir a “Entrada de imigrantes caribenhos e africanos no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados:

1. João Raimundo Colombo, governador de Santa Catarina;
2. Cesar Souza Junior, prefeito de Florianópolis;
3. Márcio Búrigo, prefeito de Criciúma;
4. Beto Ferreira Martins Vasconcelos, Secretário Nacional de Justiça;

JUSTIFICAÇÃO

Uma das portas de entrada de imigrantes caribenhos e africanos no Brasil, o Acre tem enviado para a região sul do país vários ônibus ocupados por refugiados haitianos e senegaleses.

A falta de uma política direcionada a receber fluxos imigratórios coloca centenas de haitianos em situação de risco no Brasil. No último dia 12 de maio o governo estadual do Acre publicou no Diário Oficial a contratação de ônibus para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

transportar os imigrantes em caráter de "emergência social". A situação é dramática.

A imigração de haitianos para o Brasil começou a ganhar fôlego em 2010, depois do terremoto que devastou o país e ampliou o cenário de pobreza, desemprego e desesperança. Eles entram no país principalmente pelo estado do Acre, mas, depois de solicitar o refúgio, migram para as regiões Sudeste e Sul, onde alegam ter mais acesso ao emprego.

Em 19 de maio deste ano, o Ministério da Justiça anunciou a suspensão do transporte de imigrantes do Acre para a cidade de São Paulo.

A Secretaria de Direitos Humanos do Acre diz que 95% deles afirmam interesse em se estabelecer em São Paulo, mas a suspensão do acordo que facilitava o envio dos imigrantes para lá fez a maior parte optar pelo Sul do país.

Em 2011 o número de pedidos de refúgio no Brasil, feito junto à Polícia Federal, foi de 3.501. Em 2013, chegou a 17.927. Já em 2014, somente até o final de julho, as solicitações de abrigo no país estavam em 17.903.

Em Santa Catarina, as maiores concentrações de imigrantes haitianos ficam no Oeste e no Sul do estado, principalmente por conta da produção agrícola e da indústria cerâmica.

O governo de Santa Catarina ainda não foi oficialmente informado nem sabe quantos imigrantes o estado deve receber. Atualmente cerca de 2,5 mil haitianos vivem em Santa Catarina. Segundo dados da Secretaria Estadual de Assistência Social, a maioria deles mora em Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Concórdia, Chapecó, Joinville e Jaraguá do Sul.

Em Criciúma, a vinda de novos grupos de imigrantes continua deixando o município em estado de alerta. Há quase um ano, em decorrência da Copa do Mundo sediada no Brasil, imigrantes começaram a chegar até a região Carbonífera em busca de oportunidades. Porém, todos os dias, novos estrangeiros continuam migrando para a região. Nesta terça-feira, 25 senegaleses e 18 haitianos chegaram em Florianópolis. Os imigrantes, alguns com febre e gripados, foram acolhidos em um ginásio da cidade. Após divulgação de que um cartaz no veículo indicava Criciúma como destino final deixou a Secretaria de Assistência Social do município em alerta sobre o atual quadro social.

Os imigrantes são assistidos pela Secretaria de Assistência Social na busca por emprego, alimento, moradia, documentação, orientação médica e outros serviços, como a cartilha de leis trabalhistas.

A obrigação e responsabilidade de recepcionar imigrantes estrangeiros não é dos municípios e sim do Governo Federal. As prefeituras já possuem dificuldades para atender as demandas de sua população, portanto, não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

podem arcar com as despesas de recebimento e assistência a imigrantes estrangeiros.

O Ministério da Justiça e o Governo Federal devem assumir a responsabilidade ou enviar recursos para que os gestores locais possam atender a mais essa demanda que, atualmente, está sendo repassada aos municípios sem os recursos correspondentes para o seu atendimento.

Assim, considero que a audiência pública externa ora proposta será uma oportunidade ímpar para esta Casa contribuir com o debate, por isso conto com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2015.

Deputada GEOVANIA DE SÁ
PSDB / SC